

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.208 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2000

Banalização da violência preocupa senadores

A partir de pronunciamento de Bernardo Cabral, que protestou contra “a rotina da morte pela morte”, diversos senadores manifestaram em Plenário preocupação com o crescimento da criminalidade.

PÁGINA 4



CPI do Roubo de Cargas tenta chegar aos receptadores

PÁGINA 7

CPI, presidida por Romeu Tuma, fez audiências públicas em São Paulo, onde ocorre metade dos roubos de cargas

Plenário votará prazo de filiação partidária e o financiamento público de campanhas

Por recurso de 11 senadores, os projetos que tratam do financiamento público de campanhas eleitorais e do novo prazo de filiação partidária serão apreciados pelo Plenário, em vez de seguirem imediatamente para a Câmara

PÁGINA 3

Agenda da Semana



Luxemburgo prestará depoimento na quinta



Luxemburgo fala sobre denúncias de ex-secretária

PÁGINA 7

CAE aprecia Lei de Informática e promove duas audiências

A Comissão de Assuntos Econômicos fará três reuniões esta semana. Serão duas audiências – com integrantes do Cade e com o presidente do BNDES – e a reunião ordinária, que tem um tema polêmico: a nova Lei de Informática.

PÁGINA 5

CAS examina proibição de transgênicos por cinco anos

Alcântara é relator do projeto que proíbe plantio de transgênicos



PÁGINA 2



Amir Lando volta a se reunir com ministro do Planejamento para tratar do salário mínimo

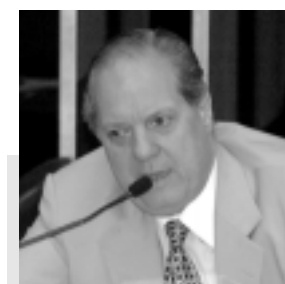
Recursos para o mínimo devem ser definidos esta semana

Relator-geral tem novas reuniões para tentar acertar até amanhã as fontes de recursos que bancarão o aumento do salário mínimo.

PÁGINA 5

CRE retoma debate sobre restrições a porte de armas

Os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) retomam amanhã, às 17h30, a discussão dos projetos de lei que restringem a fabricação, o trânsito, o depósito e o porte de arma de fogo. O debate do tema causou muita polêmica, levando a comissão a adiar a deliberação sobre a matéria, na tentativa de buscar um consenso entre os senadores.



Pedro Piva relata a matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PÁGINA 4

General Alberto Cardoso poderá ser ouvido a respeito de atividades da Abin

PÁGINA 3

CAS avalia veto aos transgênicos

Projeto proíbe o plantio e a comercialização desses alimentos por um prazo de cinco anos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAS) analisa em reunião marcada para as 9h de quarta-feira o projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização no país de alimentos geneticamente modificados. O relator, Lúcio Alcântara (PSDB), tem parecer favorável.

Alcântara também relata projeto de Ribamar Fiquene (PFL-MA) que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. A proposta tramita terminativamente na CAS e o relatório sugere a aprovação.

Entre os 15 itens da pauta, a CAS deve analisar relatório de Henrique Loyola (PMDB-SC) favorável a projeto da Câmara que determina que as embalagens de roupas íntimas

tragam orientações sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, de colo de útero e de próstata.

Outro item a ser examinado é o projeto de Marina Silva que estabelece reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para os estados que mantenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em seus territórios. O relator, Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), é pela aprovação.

Os membros da CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), devem examinar ainda relatório de Ribamar Fiquene sobre projeto de lei da ex-senadora Luzia Toledo, que determina que hotéis reservem quartos exclusivos para fumantes e não-fumantes.



A CAS também analisará proposta que reserva recursos do FPE para os estados que mantenham unidades de conservação

Senadores discutirão critérios adotados pelo Projeto Alvorada

Em audiência pública na quarta, após a Ordem do Dia, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutirá os critérios para definir os municípios contemplados pelo Programa IDH-14. O programa beneficiava municípios dos 14 estados com os piores indicadores sociais, de acordo com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pela ONU.

A não inclusão de municípios carentes em outros estados da Federação

provocou protestos. O governo, então, alterou o programa, rebatizado de Projeto Alvorada, incluindo cidades em quase todos os estados. São previstas ações nas áreas de educação, nutrição e saúde.

Pelo requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e a secretária nacional de Assistência Social, Vanda Engel, estarão entre os participantes do debate.



SEGUNDA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2000

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLC nº 34/99, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; PLC nº 74/2000, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho), que proíbe o trabalho do menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz; PDL nº 88/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Bom Jesus de Rádio e Televisão para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pindamonhangaba (SP); PDL nº 118/2000, aprova o ato que outorga permissão à Fundação Dom Bosco para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade Campo Grande (MS); PDL nº 163/2000, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e PDL nº 216/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Piauí (PI).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 89/2000, aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aguiar (SP); PDL nº 165/2000, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte (MG); PDL nº 217/2000, aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso (PI); votação nominal do PLS nº 591/99, que altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66/91; e Requerimento nº 567/2000, do senador Jefferson Péres e outros, solicitando seja convocado o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, para prestar, perante o plenário da Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora da Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos.

Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 49/99, altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação; PRSs nºs 75 e 78, de 2000, que alteram a Resolução nº 78/98, do Senado, para suspender, pelo período de 12 meses, o pagamento de serviços de dívidas dos estados de Alagoas e de Pernambuco junto à União; e PRS nº 79/2000, altera a Resolução nº 78/98, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 19*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Mensagem nº 208/2000, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, para exercer o cargo de defensor público-geral da União, com mandato de dois anos; e Mensagem nº 237/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho, para compor o Superior Tribunal de Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PR nº 77/2000, cria no âmbito do Senado, a Universidade do Legislativo Brasileiro; PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o ao atleta profissional; Requerimento s/nº, do senador Geraldo Cândido e outros, solicitando sejam convidados o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga; o procurador da República André de Carvalho Ramos; os representantes da Rede TV, Fábio Saboya e Amílcar Dallega Jr.; e o representante dos funcionários da emissora, Nilton Martins, para prestarem esclarecimentos acerca da renovação da concessão da Rede Omega e dos acordos trabalhistas assumidos pelos controladores; e PDLs aprovando atos de renovação, de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Brasil 500



Pauta: audiência pública com a presença do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, para prestar esclarecimentos acerca do Orçamento 2001. 18h — Pauta: apreciação da proposta de alteração do parecer preliminar e de outras matérias em tramitação. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDLs nº 40/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Reguladores, celebrado entre os governos do Brasil e da Suíça; PDL nº 124/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação entre as academias diplomáticas do Brasil e do México; PDL nº 131/2000, que aprova o texto do Protocolo de São Luiz sobre a Responsabilidade Emergente de Acidentes de Trânsito entre os Estados Partes do Mercosul; PDL nº 140/2000, que aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Guiana sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico; PDL nº 180/2000, que aprova o texto do Acordo sobre Arbitragem Comercial Internacional do Mercosul; PDL nº 182/2000, que aprova o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares de ligação e policiais militares, todos desarmados, os quais ficarão à disposição de Missão das Nações Unidas no Timor Leste; PDL nº 183/2000, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior; PDL nº 184/2000, que aprova o texto do acordo de cooperação cultural entre os governos do Brasil e do Zimbábue; e PLS nº 292/99 (tramitação conjunta com os PLSs nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito, e porte de arma de fogo. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 5*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 88/2000, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata; PLS nº 53/2000, que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para as unidades da federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; PLS nº 10/2000, que dispõe sobre a existência de acomodações separadas para fumantes e não fumantes em estabelecimentos hoteleiros; PLS nº 319/99, acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268/57, que dispõe sobre os conselhos de medicina; PLS nº 216/99, que proíbe, por cinco anos, o plantio e a comercialização de alimentos contendo organismo geneticamente modificado (OGM) ou derivados de OGM, em todo o território nacional; PLS nº 75/2000, altera a Lei nº 5.889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural; PLS nº 50/2000, acrescenta dispositivo ao artigo 3º da Lei nº 8.650/93, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, a fim de permitir ao jogador de futebol o exercício da profissão nas condições que especifica; PLS nº 124/2000, que institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da medicina; PLS nº 273/99, dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713/98; PLS nº 202/2000, que isenta os doadores de sangue do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos; PLS nº 183/2000, altera o art. 164 da Constituição das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das comissões internas de prevenção de acidentes (Cipas); PLS nº 171/2000, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal; PLSs nºs 391, 399 e 630, de 1999, altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica); altera os arts. 21 e 232 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e o parágrafo 2º do artigo da Lei nº 9.294/96; altera a Lei nº 7.565/86, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de que os benefícios decorrentes da aquisição de passagens aéreas com recursos orçamentários sejam revertidos para a administração pública; PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; e PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, sobre o desempenho de suas atividades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 28/2000-CAE, de autoria do senador Pedro Simon.

17h — exposição de Francisco Gross, presidente do BNDES, acerca do novo plano estratégico do BNDES, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 38/2000-CAE, de autoria do senador Jefferson Péres. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de explicar e debater os critérios para definição dos municípios contemplados com o Programa IDH-14 (Índice de Desenvolvimento Humano), atendendo o requerimento do senador Sebastião Rocha, com a presença do ministro chefe da Casa Civil, Pedro Parente; da secretária Nacional de Assistência Social, Vanda Engel; e do representante no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Quinta-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: O judeu, de Jom Tob Azulay. Auditório Petronio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário examinará propostas de reforma política

Onze parlamentares apresentaram recurso para que sejam apreciados pelo conjunto dos senadores os projetos que instituem o financiamento público de campanhas e alteram o prazo de filiação partidária. Se receberem emendas, eles voltarão à CCJ

Os projetos que prevêem o financiamento público de campanhas eleitorais e o fortalecimento da fidelidade partidária, aprovados em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), serão apreciados pelo Plenário. Recurso nesse sentido foi apresentado sexta-feira por 11 senadores. Os projetos poderão ainda voltar à CCJ, se receberem emendas antes da votação em plenário.

Durante as três horas de discussão na comissão das duas propostas que integram a reforma política, na última quarta-feira, vários senadores adiantaram que assinariam recurso para a votação das matérias em plenário, por causa da complexidade dos temas. Se o recurso não fosse apresentado, os dois projetos — que tramitam em caráter terminativo — teriam sido enviados diretamente à Câmara.

O projeto que estabelece o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais foi aprovado por unanimidade — 13 votos a zero — pela CCJ. O texto aprovado veda a partido e candidato recebe-

rem “direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro”, proveniente de pessoa física ou jurídica.

Nos anos eleitorais, segundo o projeto, as dotações orçamentárias para o fundo partidário levarão em conta a quantia de R\$ 7 por cada eleitor alistado

pela Justiça Eleitoral. Do montante arrecadado, 1% será encaminhado em parcelas iguais a todos os partidos e 99% serão destinados aos partidos de forma proporcional, conforme o tamanho de suas bancadas.

No cálculo da proporcionalidade, será levada em conta a filiação dos candidatos eleitos no momento do pleito. Com isso, procura-se evitar que as mudanças de partidos após as eleições tenham influência sobre a distribuição dos recursos públicos entre as agremiações. O projeto proíbe o pagamento de multas eleitorais com recursos do financiamen-



É de Sérgio Machado o projeto que prevê o financiamento público de campanha eleitoral

to público.

Por 13 votos a dois, a CCJ também acolheu parecer favorável ao projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que se destina a estimular a fidelidade partidária. Pela proposta, o candidato a cargo eletivo que já tenha pertencido a outro partido deverá

estar filiado por pelo menos quatro anos à agremiação à qual pertence para concorrer às eleições. Se houver mudança de partido após a eleição, o candidato não poderá participar do pleito seguinte.

O projeto aprovado mantém em um ano o prazo de filiação partidária dos candidatos que nunca tenham pertencido a outro partido. Exclui ainda do prazo mínimo de quatro anos de filiação os candidatos que saíram de seus partidos em caso de fusão de legendas ou para participar, como fundadores, de novo partido político.

Senado decide se convoca o general Cardoso para esclarecer ação da Abin

O Senado deve decidir quarta-feira se convoca o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para prestar esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). De autoria do senador Jefferson



Jefferson Péres quer saber se a Abin investigou mesmo opositores do governo federal

Péres (PDT-AM), o requerimento decorre das denúncias da revista *Veja* de que agentes da Abin teriam investigado a vida de membros da oposição ao governo.

Na justificativa do requerimento, os senadores dizem que a revista documenta que a Abin vem servindo a interesses obscuros dos atuais detentores do poder, “o que traz à memória lembranças do tempo em que o famigerado SNI funcionava como mola-mestra de um sistema repressivo e de violação dos direitos humanos, a serviço da perpetuação do regime autoritário”.

Na terça, o Senado deve deliberar sobre projeto que fixa critérios básicos para permitir o deslocamento de deficientes físicos, mediante a supressão de barreiras e obstáculos em espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. De

iniciativa do governo e já votado na Câmara, o projeto dispõe que o planejamento e a urbanização das vias e demais espaços de uso público deverão ser adaptados para facilitar o acesso dos portadores de deficiência ou de pessoas com mobilidade reduzida.

O Plenário deve votar também projeto que proíbe o menor de 16 anos de trabalhar, salvo na condição de aprendiz. Conforme o texto, o menor teria direito ao chamado salário mínimo-hora, com jornada de trabalho não superior a seis horas diárias. Já aprovado pela Câmara, o projeto

determina que, a partir dos 14 anos, o menor poderá frequentar programas de aprendizagem e cursos de formação técnico-profissional. A extinção do contrato de aprendizagem ocorrerá quando o aluno completar 18 anos, demonstrar desempenho insuficiente ou inadaptação para o aprendizado e incorrer em falta disciplinar grave ou ausência injustificada à escola.

Quinta-feira, os senadores dedicarão a Hora do Expediente a uma homenagem ao político mineiro Milton Campos, pelo centenário de seu nascimento. A homenagem foi pedida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). Já estão inscritos para falar Arlindo Porto (PTB-MG), José Alencar (PMDB-MG), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Jefferson Péres e Pedro Simon (PMDB-RS).

Também nesta semana, serão votados os decretos legislativos renovando a concessão de funcionamento de sete emissoras de rádio, localizadas em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, no Mato Grosso do Sul e no Piauí.

Comissão vota indicações para a Defensoria Pública da União e o STJ

Em sessão extraordinária convocada para amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) apreciará o nome da advogada Anne Elisabeth Nunes de Oliveira, indicada pelo presidente da República para ocupar o cargo de defensora pública-geral da União, com mandato de dois anos. Atualmente ela exerce a Subdefensoria Pública-Geral da

União. O parecer sobre a indicação será feito pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

A CCJ examinará também a indicação de Sebastião de Oliveira Castro Filho para o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada aos desembargadores dos estados e do Distrito Federal. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) foi designado como relator.

CE poderá convidar ministro, empresa e servidores para debater crise na Rede TV!

A Comissão de Educação (CE) reúne-se amanhã, às 11h30, para analisar pauta de 13 itens. Um deles é o requerimento apresentado por vários senadores solicitando que sejam convidados o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o procurador da República, André de Carvalho Ramos, os representantes da Rede TV!, Fábio Saboya e Amilcare Dallevo Júnior, e o representante dos funcionários da emissora, Nilton Martins, para prestar esclarecimentos sobre a renovação da concessão da Rede Ômega e dos acordos trabalhistas assumidos pelos atuais controladores.

Outro item da pauta é a análise do parecer do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), favorável ao projeto de resolução de autoria da Mesa do Senado que cria a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Pela proposta, o Senado passará a sediar uma instituição de ensino superior, pesquisa e extensão destinada à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Legislativo.

O projeto de resolução determina que a Unilegis priorizará o sistema de universidade aberta por meio de ensino a distância, mas também manterá atividades em sala de aula. Deverão ser ofe-



Freitas Neto é o presidente da CE, que também deve discutir amanhã a criação da Unilegis

recidos cursos de graduação e pós-graduação em diferentes áreas e níveis, além de programas e cursos de extensão, fóruns, debates, seminários, congressos e conferências.

O parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), favorável ao projeto da Câmara que equipara a atividade de peão-de-rodeio à de atleta profissional, também deverá ser apreciado pela Comissão de Educação. A matéria já foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os demais itens da pauta da CE dizem respeito à renovação de concessões e permissões de emissoras de rádio.

Cabral repudia a banalização da violência

Senador lembra que a segurança pública é dever do Estado, mas também de toda a sociedade, e adverte: “Essa responsabilidade passa a ser nossa quando nos omitimos e adotamos apenas uma atitude contemplativa”

O cenário de banalização da violência e crise na segurança pública no Brasil preocupa o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que protestou em Plenário, na sexta-feira, contra a rotina da “morte pela morte”. Segundo Cabral, a atenção dos marginais se desviou do produto do roubo para a prática do homicídio. “Só quem perdeu um parente para a violência pode falar sobre o assunto com conhecimento de causa”, afirmou o senador, que teve um irmão assassinado aos 27 anos.

Embora seja costume creditar atos de violência à fome ou ao desemprego, Bernardo Cabral disse que suas raízes estão na realidade de profunda injustiça social. Ele recorreu à Constituição federal para lembrar que a segurança pública é dever do Estado, mas também responsabilidade de toda a sociedade.



Para Cabral, “quem se acocora diante da violência é tão culpado quanto os que militam no crime”

“Essa responsabilidade passa a ser nossa quando nos omitimos e adotamos apenas uma atitude contemplativa”, declarou.

A situação se agrava, na opinião de Cabral, quando a população passa a desacreditar nas au-

toridades e instituições que deveriam zelar pela seriedade nas áreas de segurança e justiça. A partir daí, o senador constata um duro golpe contra a eficiência no combate à criminalidade, o que leva a sociedade a conviver com a violência como se fosse uma coisa natural.

“Quem se acocora diante da violência é tão culpado quanto aqueles que militam no crime”, desabafou Cabral. A liderança do Brasil no *ranking* mundial de violência e insegurança inviabiliza, de acordo com o senador, quaisquer tentativas de desenvolvimento econômico e superação de injustiças sociais. O potencial turístico de áreas como o litoral nordestino, a Floresta Amazônica e o Pantanal mato-grossense, por exemplo, estaria perdendo a atratividade pela ameaça ao direito de ir e vir dos turistas.

Plenário manifesta preocupação com a criminalidade

A discussão sobre o crescimento da criminalidade e da insegurança no país, levantada pelo senador Bernardo Cabral, também envolveu os senadores Carlos Wilson (PPS-PE), Tião Viana (PT-AC), Leomar Quintanilha (PPB-TO) e Heloísa Helena (PT-AL). Além de criticar a ausência de resultados do Plano Nacional de Segurança Pública anunciado pela Presidência da República, Carlos Wilson afirmou que os baixos salários pagos a policiais civis e militares contribuem para agravar a crise na segurança.

Tião Viana acredita que a sociedade está diante de uma guerra ci-

vil não declarada ou reconhecida pelo governo. “O Brasil precisa rever esse tema, prioritário na agenda nacional, e construir resultados mais eficazes”, cobrou Tião Viana, às voltas com ameaças de morte dirigidas a seu irmão, Jorge Viana, governador do Acre.

Leomar Quintanilha declarou-se preocupado com a escalada de violência no país, que comparou à situação vivida pela Colômbia, dominada pelo narcotráfico e pela guerrilha. “Se essa onda de violência continuar, o Brasil corre o risco de ficar refém do crime”, alertou. O senador pepebista comentou a mudança da ótica da criminalidade: “No

passado, o ladrão se contentava em levar o objeto desejado, hoje desconta as injustiças sociais sofridas maltratando e assassinando inocentes”, disse.

Ao prestar solidariedade a Tião Viana e compartilhar de algumas preocupações de Bernardo Cabral, Heloísa Helena apontou a pobreza e a miserabilidade como elementos importantes para impulsionar a violência no Brasil. “Tratar a questão da criminalidade sem mexer com a questão social é ser injusto com a realidade do país, onde milhares de pessoas foram jogadas na marginalidade e se tornaram instrumento do crime organizado”, disse.

CRE volta a debater projetos de restrição às armas de fogo

Em reunião amanhã, a partir da 17h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) volta a debater o parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre projetos de lei que restringem o fabrico, o depósito, o trânsito e o porte de arma de fogo no Brasil. Os projetos têm sido objeto de grande polêmica e a apreciação do parecer de Piva foi adiada diversas vezes, na tentativa de se obter um

consenso sobre a matéria.

A CRE também votará seis projetos que tratam de acordos, protocolos e convenções internacionais assinados pelo governo brasileiro, como o acordo sobre serviços aéreos regulares firmado com a Suíça, o acordo de cooperação diplomática com o México, o protocolo entre os integrantes do Mercosul sobre responsabilidade civil em acidentes de trânsito,



Pedro Piva é relator dos projetos sobre armas de fogo, que retornam à pauta da CRE

to, e o envio de um contingente de peritos eleitorais, oficiais militares e policiais militares para ficarem à disposição da ONU no Timor Leste.



Tião Viana critica a institucionalização da violência física contra as mulheres afegãs

Tião Viana denuncia “guerra santa” contra mulheres no Afeganistão

O senador Tião Viana (PT-AC) denunciou na sexta-feira a “violenta e ignominiosa” discriminação imposta ao sexo feminino pela milícia fundamentalista islâmica talibã, que detém o poder no Afeganistão desde 1996. O senador disse que as informações sobre o problema estão disponíveis na Internet, além de serem divulgadas pela imprensa em todo mundo.

Tião Viana lembrou que o governo Fernando Henrique assinou o Decreto nº 3.267, no ano passado, contra o regime afegão e a favor da resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A ONU, através da resolução, decidiu bloquear os bens dos talibãs no exterior e proibiu o trânsito de aviões do país em qualquer lugar do mundo.

O senador protestou contra a “guerra santa” dirigida ao sexo feminino pelos islâmicos do talibã. Até a tomada de poder pelo grupo, as mulheres gozavam de relativa liberdade para trabalhar, vestir-se, dirigir e aparecer em público sozinhas, disse o senador. No entanto, após a instalação da *sharia*, código muçulmano tradicional de leis, o quadro mudou radicalmente.

“Banidas do mercado de trabalho, privadas do direito de ir e vir, do direito à educação, à saúde, ao lazer e à justiça, as mulheres e as meninas foram destituídas de todos os direitos humanos básicos, além de serem obrigadas a

vestir o *buraqa*, uma vestimenta que as cobre dos pés à cabeça, inclusive o rosto” – afirmou Viana.

Outro aspecto destacado por Tião Viana foi a violência física institucionalizada contra as mulheres no Afeganistão. Elas podem ser legalmente espancadas, privada ou publicamente, por razões disciplinares, pelos motivos mais reles, como, por exemplo, o ruído dos seus sapatos ao andar, por não estar adequadamente vestidas, por falar com estranhos, pela elevação da voz ao falar ou por andar na ruas sem um *mahram* (pai, irmão ou marido).

Apesar de afirmar que seu objetivo é estabelecer o “mais puro estado islâmico do mundo”, o governo afegão é acusado pelos EUA e pela ONU de manter ligações com o tráfico de drogas e de abrigar o terrorista saudita Osama Bin Laden.

Tião Viana também citou dados da ONU, segundo os quais o Afeganistão responde atualmente por 75% da produção mundial de ópio. Além disso, observou, o Órgão Internacional de Fiscalização de Estupefacientes (Oice), que trata do consumo de drogas no mundo, acusa, em seu relatório, o regime islâmico talibã do Afeganistão de “desinteresse em acabar com o cultivo de ópio, uma vez que continua arrecadando impostos pela produção e pela elaboração de heroína”.

Relator quer definir logo os recursos para reajustar salário

Depois de encontro com o ministro do Planejamento, Amir Lando participa amanhã à tarde de reunião na Comissão de Orçamento

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), quer resolver nesta semana todos os problemas que estão atrasando a tramitação do projeto orçamentário, especialmente as fontes de financiamento do reajuste do salário mínimo para até R\$ 180, a partir de 1º de maio próximo. Amanhã, o relator deverá se encontrar novamente com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para saber se o governo tem alguma contraproposta às alternativas apresentadas pelo comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento.

O comitê propôs, e representantes das lideranças dos partidos da base do governo concordaram, que o dinheiro para bancar a Previdência (que paga o mínimo a 12,3 milhões de aposentados) saia de três fontes: uso de R\$ 800 milhões da verba destinada às emendas parlamentares ao Orçamento, corte de R\$ 300 milhões no custeio da máquina pública e ar-



Amir Lando deve se reunir com Martus Tavares para saber se o governo tem contraproposta a apresentar à Comissão de Orçamento

recadação adicional de R\$ 1,7 bilhão a ser propiciada por dois projetos de combate à sonegação fiscal. As três alternativas somam R\$ 2,8 bilhões, valor considerado suficiente pelos economistas do Congresso para pagar o novo mínimo a partir de maio de 2001.

O Executivo sugeriu que parte dos recursos viessem da cobrança de contribuição previdenciária dos inativos do serviço público,

mas as lideranças dos partidos que apóiam o governo no Congresso discordaram da proposta. Argumentaram que não há tempo para

votação da emenda constitucional sobre os inativos.

Os líderes da base governista voltam a se reunir, também amanhã, com os líderes do governo na Câmara e no Congresso, quando acertarão detalhes para desobstrução da pauta da Câmara — há cinco projetos com urgência constitucional. Com isso, será possível votar os projetos de combate à sonegação. O governo insiste que, antes, sejam votados os projetos com urgência, entre eles a regulamentação da previdência complementar para os funcionários públicos.

Previendo que até a tarde de amanhã o relator-geral já tenha a palavra final sobre o salário mínimo, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), convocou reunião dos deputados e senadores, às 18h, para votar as mudanças que deverão ser feitas no relatório preliminar de Amir Lando a fim de incluir os gastos com o novo mínimo. Na mesma reunião, serão apreciados 38 pedidos de créditos suplementares do governo. Mais cedo, às 14h30, comparecerá à comissão o ministro da Previdência, Waldeck Ornélas, que falará sobre as receitas e os gastos previdenciários em 2001.

Receita mostra razões para mudar sigilo bancário

Quatro setores da economia do país possuem milhares de empresas suspeitas de elevada sonegação fiscal, conforme estatísticas encaminhadas ao relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), pela Secretaria da Receita Federal. Elas chegaram a movimentar nos bancos cinco vezes o valor de seu faturamento, quando a média nacional é de 1,8 vez. Os dados, obtidos por meio do recolhimento de CPMF, justificam a aprovação do projeto que permite à Receita ter acesso às movimentações financeiras de empresas suspeitas, o que poderá gerar até R\$ 9 bilhões de impostos por ano, conforme o relator.

Empresas dos setores de prestação de serviços pessoais, como as de segurança, são apontadas pela Receita como as mais suspeitas de sonegação de Imposto de Renda. No ano passado, 22.309

dessas empresas tiveram um faturamento de R\$ 1,53 bilhão, mas movimentaram nos bancos exatamente R\$ 9,09 bilhões, ou seja, 5,9 vezes mais do que faturaram. O setor imobiliário, composto de 32.997 companhias, teve receitas de R\$ 6,4 bilhões, mas seu movimento bancário chegou a R\$ 25,9 bilhões.

De 2,08 milhões de empresas, 464.363 (22,3%) nada declararam sobre suas movimentações, apesar de terem depositado R\$ 162 bilhões. As pessoas físicas também são suspeitas e 210 mil delas chegaram a movimentar nos bancos R\$ 90,6 bilhões, mas foram omissas nas declarações de renda. Apenas 508 pessoas aplicaram no sistema financeiro R\$ 31,4 bilhões, mas nada mencionaram nas declarações.

O projeto defendido pela Receita, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), já foi aprovado pelo Senado e está pronto

para votação na Câmara. Porém o texto recebeu um substitutivo do deputado Ney Lopes (PFL-RN) alterando substancialmente seu conteúdo. O substitutivo não permite que a Receita Federal possa iniciar uma investigação com base nas informações de recolhimento de CPMF enviadas pelos bancos ao Tesouro Nacional. E mais: a Receita não poderá ter acesso às movimentações bancárias dos suspeitos, exceto se autorizada por um juiz, que terá 72 horas para sua manifestação. Para pedir ao juiz a quebra do sigilo, no entanto, a Receita precisaria usar os dados da CPMF.

O senador Lúcio Alcântara diz que o substitutivo praticamente anula a intenção do projeto original e espera que, quando a proposta voltar ao Senado, seja restabelecido o texto inicial.



Freire é autor de proposta sobre dívida de PE e AL que também está na pauta da CAE

CAE examina nova Lei de Informática e faz duas audiências esta semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza três reuniões esta semana. Na reunião ordinária de amanhã pela manhã, examina a proposta da nova Lei de Informática, os projetos que suspendem, por um ano, o pagamento das dívidas dos estados de Pernambuco e Alagoas, e o que permite a antecipação de receitas de *royalties* por um período superior ao mandato do titular do Poder Executivo.

As outras reuniões, extraordinárias, serão audiências públicas. Na manhã de quarta-feira, os integrantes da CAE ouvem um relatório dos membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) — órgão vinculado ao Ministério da Justiça — sobre o desempenho de suas atividades. O requerimento para essa exposição foi apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). O Cade é presidido pelo advogado João Grandino Rosas e composto pelos conselheiros Mércio Felsky, João Bosco Leopoldino, Hebe Romano, Thompson Almeida Andrade, Celso Fernandes Campilongo e Afonso Arinos de Melo Franco Neto.

Depois da sessão vespertina do Plenário na quarta-feira, a CAE volta a se reunir para nova audiência pública, desta vez com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros. A audiência atende requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM), e Gros deverá apresentar o novo plano estratégico da instituição.

Na reunião ordinária de amanhã, a CAE terá de votar, preliminarmente, o requerimento do senador Jefferson Péres pedindo o exame, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto que permite a antecipação da receita de *royalties*. O senador tem dúvidas se um mesmo item de uma re-

solução do Senado pode ser alterado duas vezes na mesma legislatura. A proposição condiciona a antecipação à sua aplicação em fundos de previdência de servidores públicos ou na amortização de dívidas com a União. O projeto, de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), tem parecer favorável do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Já o projeto de resolução que suspende o pagamento das dívidas de Pernambuco e Alagoas, apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), tem voto favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE). O relator considerou prejudicado o projeto de lei apresentado pela comissão temporária que avaliou as enchentes naqueles estados, e que trata desse mesmo assunto.

O item mais polêmico, no entanto, é o projeto de lei que estabelece benefícios fiscais para o setor de informática nos próximos nove anos. Apresentado pelo deputado Jair Bolsonaro, o projeto tem parecer favorável do relator na CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também presidente da comissão. Em seu relatório, ele incorporou como bens de informática monitores de vídeo e telefones celulares, cujos benefícios tinham sido retirados na Comissão de Educação.

O projeto enfrenta resistências de senadores pelo Amazonas, Bahia e São Paulo. Para debater o assunto, já foram realizadas audiências públicas com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Benjamim Sicsú; o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Pacheco; e o vice-governador do Amazonas, Samuel Assayag Hanan.

Especialista explica cuidados contra doenças da visão

Médico Osvaldo Travassos diz, em entrevista à TV Senado, que o exame oftalmológico anual de rotina é a melhor arma para prevenir problemas. Primeira consulta deve ocorrer na idade pré-escolar, entre três e cinco anos



Osvaldo Travassos participou do programa Entrevista Especial, apresentado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita

Em entrevista à TV Senado que foi ao ar neste fim de semana, o médico Osvaldo Travassos explicou por que o exame oftalmológico anual de rotina ainda é a melhor arma para prevenir as doenças da visão. É recomendável, segundo o oftalmologista, a realização do primeiro exame na idade pré-escolar, entre três e cinco anos. Os aparelhos hoje em uso nos consultórios detectam defeitos como miopia, hipermetropia e estrabismo sem necessidade de que o paciente saiba ler, possibilitando o diagnóstico em crianças. No exame anual, é obrigatória a tomada da pressão intra-ocular,

única forma de evitar o glaucoma, que, não tratado, pode levar à cegueira.

O especialista insistiu em uma recomendação comum, mas de grande utilidade: só tocar os olhos de mãos limpas, para evitar as infecções. As mulheres devem ter extremo cuidado com a aplicação de cosméticos, e a boa iluminação é recomendação para todos. Quanto aos óculos escuros, o oftalmologista advertiu para a necessidade de que as lentes tenham filtros de raios ultravioletas, caso contrário os danos podem ser sérios.

No programa, o especialista apresentou algumas de suas invenções, como a que elimina o ofuscamento dos faróis dos automóveis, acabando com uma fonte de acidentes nas estradas

e de danos à visão dos motoristas. O sistema inventado por Travassos permitiria aos veículos usar sempre a luz alta, já que ela não ofuscaria os olhos. O pesquisador não quis passar sua descoberta a particulares, pois acredita que o correto seria sua incorporação aos equipamentos de segurança obrigatórios, por decisão governamental.

Travassos também inventou um sistema de exame de baixo custo para detectar a ambliopia, que pode ser aplicado nas escolas pelas próprias professoras. Essa é uma das doenças da visão que podem ser revertidas se o diagnóstico acontecer ainda na infância.

O programa *Entrevista Especial* tem apresentação do jornalista Fernando Cesar Mesquita.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Entrevista* — Senador Roberto Freire fala sobre as prisões especiais
7h — Comissão de Relações Exteriores (gravada)
11h — *Entrevista* — Osvaldo Travassos de Medeiros, oftalmologista
12h — *Entrevista* — Senador Roberto Freire fala sobre as prisões especiais
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate* — Senador Pedro Simon e o professor da USP, José Pastore, falam sobre o combate à pobreza
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Marco Antônio Villa, historiador, fala do livro *Vida e Morte no Sertão*
19h — *Cores do Brasil* — Maranhão
19h30 — *Debate* — Senador Pedro Simon e o professor da USP, José Pastore, falam sobre o combate à pobreza
20h30 — *Entrevista* — Senador Roberto Freire fala sobre as

prisões especiais

21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Romero Jucá elogia ministro e prevê a criação de uma escola de qualidade

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou ontem a atuação do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, pelas mudanças significativas que vem empreendendo no ensino. Conforme o senador, o trabalho do ministro já permite divisar um novo ensino médio, que, dentro de alguns anos, propiciará a criação de uma escola de qualidade, "capaz de responder efetivamente às reais aspirações e necessidades dos jovens e da sociedade".

Romero Jucá citou como exemplo o recente lançamento, pelo ministério, da publicação *O novo ensino médio — A revolução do conhecimento chega às escolas brasileiras*. Segundo ele, o livro contém os três eixos fundamentais para uma nova educação, baseada no estímulo à vontade de aprender e no desenvolvimento do espírito crítico e na capacidade de resolver problemas. Ele explicou que a publicação é fruto de "um imenso diálogo nacional" entre atores que formam a rede brasileira de ensino médio, e reforça a idéia de participação da família, das instituições e de toda a sociedade na formação dos jovens.

O senador ressaltou que o ensino médio assume um papel



Para Jucá, escola será "capaz de responder efetivamente às reais aspirações dos jovens e da sociedade"

fundamental para o encaminhamento profissional dos jovens, que precisam, além de receber a formação elementar proporcionada pelo ensino fundamental, preparar o seu futuro profissional, seja para estudos técnicos ou para o acesso ao nível superior.

— Da concepção à implementação, essa reforma no ensino médio apresenta-se como uma iniciativa verdadeiramente inovadora, porque privilegia, no processo de ensino-aprendizagem, a compreensão contextualizada em lugar da conhecida "decoreba", de mera repetição de fórmulas, e facilita ao educando a real possibilidade de utilizar no cotidiano os ensina-

mentos que recebe na escola — afirmou o parlamentar.

No novo papel que começam a assumir, as escolas não receberão um currículo pronto, com conteúdo e disciplinas fixos, explicou Jucá. Ao contrário, em articulação com os conselhos estaduais de Educação, os centros de ensino, atendendo às peculiaridades regionais, vão desenvolver seus próprios currículos.

O senador classificou as mudanças implementadas pelo Ministério da Educação nos últimos seis anos como "necessárias e oportunas", e destacou que vêm ocorrendo "dentro de um dinâmico e inteligente processo de diálogo social, culminando, agora, num novo ensino médio".



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirectTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Wanderley Luxemburgo depõe quinta-feira na CPI do Futebol

O ex-técnico da Seleção Brasileira Wanderley Luxemburgo vai depor quinta-feira, a partir das 9h, na CPI do Senado que investiga o futebol brasileiro. Entre outros assuntos, ele deverá se pronunciar a respeito das denúncias de que teria cometido falsidade ideológica, sonegado impostos e tirado proveito da venda de jogadores.

Os senadores pretendem comparar as explicações de Luxemburgo com os seus dados bancários, já enviados pelo Banco Central (BC). O técnico, que também teve seu sigilo fiscal quebrado, deve falar ainda da reportagem dos jornalistas Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, publicada no *Jornal dos Sports* do último dia 19, segundo a qual o jogador Macula afirmou que o treinador recebeu comissão pela transferência do atleta do Juventude (RS) para o Palmeiras (SP).

Além da quebra dos sigilos bancário e fiscal de Luxemburgo, a CPI pediu ao BC todas as informações referentes às contas CC-5 pertencentes ao treinador. Também foi quebrado o sigilo bancário e fiscal da

empresa Luxemburgo Veículos. A comissão requereu ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras todos os dados que o órgão dispõe sobre o treinador.

Também foi quebrado o sigilo telefônico dos telefones registrados em nome de Renata Alves – a estudante de Direito que fez várias acusações contra o treinador – e os instalados no endereço que ela diz ter usado enquanto mantinha relacionamento com ele. Em seu depoimento à CPI, Renata afirmou que Luxemburgo dava telefonemas para tratar de transações e negócios relacionados com o futebol.

Também foram quebrados os sigilos telefônicos das linhas instaladas no endereço, onde, segundo Renata Alves, ficava a “embaixada”, local em que Luxemburgo teria se reunido com pessoas ligadas ao futebol e realizado negociações de diversas espécies. Aos cartórios de notas do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo, a CPI solicitou levantamento sobre a existência de procurações em que Luxemburgo ou Renata figurem como outorgantes ou outorgados.



Romeu Tuma, presidente da CPI: objetivo é chegar aos receptores de cargas roubadas, que introduzem os produtos no mercado

Caminhoneiros são ouvidos pela CPI do Roubo de Cargas

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país ouviu sexta-feira, na Assembléia Legislativa de São Paulo, o depoimento dos caminhoneiros Wagner Jadir da Silva e Maurício Meneghetti. Há denúncias de que os dois teriam participado de furto de cargas, mas eles negaram a acusação.

O objetivo atual das investigações, segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, é chegar aos receptores de cargas roubadas. “As quadrilhas de roubo de cargas estão sendo presas; o que não está se alcançando

são os receptores, que têm legalidade para comercialização e introduzem produtos roubados no mercado”, afirmou ele.

Os presidiários Jorge Méres e Sálvio Barbosa Vilar – que também cooperam com a CPI do Narcotráfico, da Câmara – ajudaram a CPI a traçar um roteiro de investigações para chegar aos receptores. A CPI já realizou audiências públicas no Maranhão e na Paraíba.

Conforme as associações de transportadoras, os prejuízos causados pelo roubo de cargas chegam, no Brasil, a R\$ 500 milhões por ano.



Nabor sugere afastamento dos candidatos à reeleição

Pela proposta, o presidente, governadores e prefeitos devem deixar o cargo seis meses antes do pleito se quiserem disputar um novo mandato

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou, na última sexta-feira, proposta de emenda constitucional (PEC) que exige o afastamento do presidente da República, dos governadores e prefeitos dos seus respectivos cargos até seis meses antes da eleição, caso desejem concorrer à reeleição ou a qualquer cargo eletivo.

Ao justificar a proposição em plenário, o senador alegou que a não exigência de desincompatibilização para a disputa dos cargos de chefia do Executivo, no caso da reeleição, afronta princípio de isonomia previsto na Constituição federal e privilegia o candidato que já se encontra no cargo. Ele argumenta que isto acontece “na medida em que facilita o uso da máquina administrativa em favor de sua candidatura, em detrimento de outros candidatos”.

– Tais privilégios comprometem a legitimidade de que se deve revestir o processo eleitoral, contrapondo-se, ainda, ao enunciado contido na Constituição, segundo o qual a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, estados, Distrito Federal e dos municípios, obede-



Nabor: as regras válidas nas últimas eleições “comprometem a legitimidade” do processo eleitoral

cerá o princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade – salientou o parlamentar.

Nabor Júnior afirmou ser hoje contrário ao princípio da reeleição, apesar de ter votado a favor do instituto quando da sua aprovação pelo Congresso Nacional. Ele acrescenta que, se fosse possível aprovar uma iniciativa do gênero, apresentaria uma emenda acabando com a reeleição, mas reconhece ser politicamente inviável nesse momento.

O senador lembrou que quando foi governador do Acre, entre os anos de 1983 e 1987, foi obrigado a afastar-se do manda-

to de chefe do Executivo estadual seis meses antes da eleição, uma vez que havia optado por concorrer ao Senado. Ele pediu ainda o apoio do Congresso para uma rápida tramitação da PEC apresentada, de maneira a viabilizar sua implantação já para as eleições de 2002.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) manifestou-se contra a reeleição, e disse que apoiará a iniciativa de Nabor Júnior, observando que ela será em parte moralizadora. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) saudou a proposta do senador acreano, enfatizando também ser contra o instituto da reeleição.

Suplicy propõe que eleitor diga qual partido deve ser beneficiado com recursos públicos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pretende delegar aos eleitores a decisão a respeito da distribuição, entre os partidos políticos, dos recursos orçamentários da União destinados ao financiamento público das campanhas eleitorais. Projeto apresentado pelo senador prevê a realização de uma consulta popular nesse sentido, no primeiro trimestre dos anos em que se realizarem eleições.

“Atualmente, os partidos políticos dividem proporcionalmente às suas bancadas na Câmara dos Deputados os recursos do Fundo Partidário”, observa Suplicy na justificativa de sua proposta. “Este projeto visa dar aos eleitores a possibilidade de julgar o desempenho dos partidos antes da



Para Eduardo Suplicy, o eleitor deve ter “a possibilidade de julgar o desempenho dos partidos”

eleição”, explica.

De acordo com o projeto, os recursos do fundo serão distribuídos aos diretórios nacionais dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados,

de acordo com o resultado da consulta popular. Nos anos em que se realizarem eleições, estabelece ainda a proposta, será proibido o recebimento de doações de pessoas físicas e jurídicas.

Ademir Andrade cobra uma "autêntica reforma agrária"

Somente a distribuição equânime de terras, crédito e infra-estrutura poderá acabar com os conflitos agrários no país, disse o senador

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) voltou a cobrar do governo federal ações concretas para que seja feita "uma autêntica reforma agrária" no país. Segundo disse, somente com uma política agrária séria, incluindo distribuição equânime de terras, crédito e infra-estrutura básica, como estradas vicinais e auxílio técnico ao agricultor, o Brasil poderá acabar com os conflitos agrários.

Ademir Andrade afirmou ainda que a situação do campo leva aos confrontos e aos brutais assassinatos de camponeses e líderes agrários, como o que ocorreu recentemente com o ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, José Dutra da Costa.

— Dezin, como era mais conhecido, foi sumariamente executado por dois pistoleiros nas proxi-



Ademir lembrou o recente assassinato, em Rondon do Pará, do sindicalista José Dutra da Costa

midades de sua residência. O crime revoltou toda a sociedade paraense, que clama por justiça — disse Ademir, que culpa o governo federal pelo crime.

O senador afirmou que o sindicalista assassinado sempre lutou pelos agricultores de Rondon do

Pará, e que a morte dele já vinha sendo anunciada havia meses. E indagou: "Até quando nossos companheiros trabalhadores rurais terão que pagar com a própria vida o preço da luta por um pedaço de chão para poder plantar e criar seus filhos?"

Carlos Wilson protesta contra intenção do governo de importar álcool combustível

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) protestou sexta-feira em Plenário contra a possível decisão do governo federal de importar álcool combustível. A medida ocorreria sob o pretexto de combater a escassez do produto no mercado interno, frente à expectativa de queda de 20% na safra 2000/2001 da região Centro-Sul. Carlos Wilson descartou a possibilidade de escassez, anunciando que os produtores nordestinos estimam um excedente de produção de 250 milhões a 300 milhões de litros de álcool, suficientes para suprir o abastecimento do país.

— Não faz sentido que um país com dificuldades em sua balança comercial compre um produto nativo cujo estoque disponível é mais do que suficiente para cobrir suas necessidades — afirmou. Além de racionalizar a oferta nacional do combustível sem afetar as contas externas brasileiras, a aquisição do excedente do produto nordestino, segundo Carlos Wilson, concorreria para a defesa dos interesses do



Segundo Carlos Wilson, o excedente da produção nordestina pode evitar a falta do produto

consumidor, a redução das desigualdades regionais e sociais e a garantia de quase um milhão de empregos gerados pelo setor sucroalcooleiro.

Ao absorver o álcool excedente do Nordeste, a União também ajudaria a fortalecer, na avaliação do senador, o projeto Frota Verde. Com o aval do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, o

programa prevê a ampliação da frota de veículos movidos a álcool no país, o aumento para 24% no percentual de adição do álcool anidro à gasolina e a provável adição de 3% do produto nos veículos a diesel. Para Carlos Wilson, a retomada do programa do álcool é estratégica do ponto de vista econômico e ambiental, dada a natureza menos poluente do produto.

Carlos Wilson também defendeu a participação do Ministério das Relações Exteriores no conselho, a fim de inserir a questão do álcool no contexto da globalização, e a criação de uma agência reguladora específica para o setor. Com a exclusão do combustível da jurisdição da Agência Nacional do Petróleo (ANP), além da desregulamentação do setor e da liberação do preço do álcool anidro, é fundamental criar um instrumento que zele pelos interesses do consumidor, imponha padrões de qualidade na produção e formule regras para regular o mercado, disse o parlamentar.

Quintanilha quer interligar o rio Tocantins ao São Francisco

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) defendeu sexta-feira a interligação das bacias dos rios São Francisco e Tocantins. Seria a única maneira, disse, de viabilizar o projeto de transposição das águas do São Francisco, que "os nordestinos reivindicam" para acabar com os problemas de água da região. "Pior do que morrer de sede, é morrer de sede no escuro", disse o senador.

Quintanilha cita estudo do professor João Suassuna mostrando que o aproveitamento hidrelétrico do São Francisco ficará comprometido se a transposição das águas for feita sem aumentar a vazão do rio. A solução, afirmou, seria o aporte de águas do Tocantins, e até do rio Parnaíba. Ele admite, no entanto, que um projeto mais amplo terá custos bem maiores.

Para Quintanilha, o projeto é tão importante que não pode ser tratado como questão regional, devendo ser considerada uma nova estratégia de desenvolvimento do país. Os interesses nacionais, acrescentou, não podem resumir-se em salvar o sistema financeiro ou garantir a capacidade de com-



Quintanilha: o São Francisco ficará comprometido se suas águas forem transpostas sem a interligação

petição do Sul e Sudeste e seus pólos de produção. "Há necessidade de que se comece a pensar no Brasil na plenitude de suas potencialidades."

Segundo o senador, é mais relevante considerar o peso dos resultados do que o valor do custo quanto se trata de um projeto de tal magnitude e alcance. "Há excesso de capitais especulativos apodrecendo nas economias mundial e nacional. Portanto, esse é um momento histórico que se oferece ao Brasil para redirecioná-los e torná-los produtivos", concluiu Quintanilha.

Bezerra sugere revisão de MP para incluir agrônomos do Incra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) voltou a pedir a revisão da medida provisória que reestrutura diversas carreiras da administração federal, para que seja incluída a de engenheiro agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ele já havia feito o apelo ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sob o argumento de que os agrônomos do Ministério da Agricultura e Abastecimento estão contemplados na MP.

Carlos Bezerra ressaltou a importância da categoria para o sucesso dos projetos de reforma agrária no país. "O engenheiro agrônomo do Incra é o profissional condutor, delineador e catalisador dessa medida, participando das programações operacionais anuais, fiscalizando e avaliando os imóveis rurais, entre outras funções", justifica o senador. Ele também salientou as dificuldades encontradas por esse profissional em virtude da



Carlos Bezerra ressaltou a importância dos profissionais para o sucesso da reforma agrária

falta de infra-estrutura do órgão e da vasta extensão e da diversidade de recursos naturais do território brasileiro.

Para agravar o quadro, disse o senador, tem havido considerável diminuição nos quadros do pessoal do Incra. "Não é justo que funcionários que executam tarefas voltadas a programas sociais sejam esquecidos pelo governo e não consigam fazer parte do novo modelo de gestão estabelecido este ano."